

INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DOS DADOS DO CENSO ESCOLAR

SCHOOL INCLUSION IN BRAZILIAN EDUCATION BASED ON SCHOOL CENSUS DATA

INCLUSIÓN ESCOLAR EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA SEGÚN DATOS DEL CENSO ESCOLAR

Christiane Pinheiro Rodrigues¹
David Eduardo Santos Rodrigues²
Douglas Peixoto de Souza³
Lucineide Almeida Santos⁴
Rosinete Vitorino Mendes Guimarães⁵
Stefany Pires Teixeira⁶

RESUMO: Esse artigo buscou analisar as mudanças registradas pelo Censo Escolar entre 2020 e 2024, procurando compreender o que a evolução dos indicadores relacionados à Educação Especial permite constatar sobre o processo de inclusão na educação brasileira. Para tal fim, foi desenvolvida uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, de natureza bibliográfica e documental, tendo como fonte principal os dados do Censo Escolar da Educação Básica e estudos acadêmicos publicados entre 2020 e 2025. A análise considerou o crescimento das matrículas, a presença dos estudantes nas classes comuns, o Atendimento Educacional Especializado e as condições de acessibilidade discutidas nas produções selecionadas. Os resultados mostraram aumento expressivo das matrículas da Educação Especial e ampliação contínua da inserção desses estudantes no ensino regular, acompanhadas pela redução da participação em classes especiais. Entretanto, verificou-se que o crescimento do acesso não ocorre na mesma proporção que a expansão das condições de apoio e acessibilidade. Conclui-se que a educação brasileira avançou quantitativamente em direção à inclusão, porém ainda enfrenta desafios para garantir permanência, participação e aprendizagem em condições adequadas.

Palavras-chave: Censo Escolar. Educação Especial. Inclusão escolar. Acessibilidade. Atendimento Educacional Especializado.

¹Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University.

²Mestre em Tecnologias Emergentes na Educação pela MUST University.

³Mestre em Tecnologias Emergentes na Educação pela MUST University.

⁴Mestrado em Tecnologias Emergentes na Educação pela MUST University.

⁵Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela MUST University.

⁶Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela MUST University.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the changes recorded by the School Census between 2020 and 2024, seeking to understand what the evolution of indicators related to Special Education reveals about the inclusion process in Brazilian education. To this end, a study with a qualitative-quantitative approach—bibliographic and documentary in nature—was conducted, drawing primarily on data from the Basic Education School Census and academic studies published between 2020 and 2025. The analysis examined enrollment growth, student presence in general education classrooms, Specialized Educational Services, and accessibility conditions discussed in the selected literature. The results showed a significant increase in Special Education enrollments and a continuous expansion of these students' integration into regular education, accompanied by a reduction in participation in special classes. However, it was found that the growth in access does not match the pace at which support and accessibility conditions are expanding. The study concludes that while Brazilian education has made quantitative progress toward inclusion, it still faces challenges in ensuring student retention, participation, and learning under adequate conditions.

Keywords: School Census. Special Education. School Inclusion. Accessibility. Specialized Educational Services.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar los cambios registrados por el Censo Escolar entre 2020 y 2024, buscando comprender qué revela la evolución de los indicadores relacionados con la Educación Especial sobre el proceso de inclusión en la educación brasileña. Para ello, se desarrolló un enfoque de investigación cualitativo-cuantitativo, de carácter bibliográfico y documental, utilizando como fuente principal datos del Censo Escolar de Educación Básica y estudios académicos publicados entre 2020 y 2025. El análisis consideró el crecimiento de las matrículas, la presencia de estudiantes en clases regulares, Servicios Educativos Especializados y las condiciones de accesibilidad discutidas en las publicaciones seleccionadas. Los resultados mostraron un incremento significativo en las matrículas de Educación Especial y una continua expansión de la inclusión de estos estudiantes en la educación regular, acompañada de una reducción en la participación en clases especiales. Sin embargo, se encontró que el crecimiento en el acceso no ocurre en la misma proporción que la expansión de las condiciones de apoyo y accesibilidad. Se concluye que la educación brasileña ha avanzado cuantitativamente hacia la inclusión, pero aún enfrenta desafíos para garantizar la permanencia, la participación y el aprendizaje en condiciones adecuadas.

Palabras clave: Censo Escolar. Educação Especial. Inclusão escolar. Acessibilidade. Atendimento Educacional Especializado.

INTRODUÇÃO

Atualmente, ao voltarmos nosso olhar para os números da educação brasileira, encontramos um cenário marcado por mudanças significativas na presença dos estudantes da Educação Especial nas escolas e, principalmente, nas classes comuns do ensino regular, movimento que pode ser acompanhado por meio dos levantamentos realizados anualmente pelo Censo Escolar da Educação Básica. Mais do que registrar matrículas, escolas, turmas e formas de atendimento, esse levantamento permite acompanhar as transformações que vêm ocorrendo

na composição do sistema educacional e perceber como a inclusão passa, gradativamente, a ocupar um espaço cada vez maior na realidade escolar brasileira.

O Censo Escolar assume, neste sentido, uma posição importante para a compreensão desse movimento, uma vez que a observação de apenas um ano nos permite conhecer determinada realidade, enquanto a comparação entre diferentes edições possibilita identificar permanências, crescimentos, reduções e mudanças ocorridas ao longo do tempo. Quando colocamos os dados em sequência, percebemos que os números deixam de representar somente resultados anuais e passam a indicar uma trajetória, permitindo compreender a direção assumida pela educação brasileira no que diz respeito à escolarização dos estudantes da Educação Especial.

Entre 2020 e 2024, por exemplo, o número de matrículas da Educação Especial passou de 1.308.900 para 2.076.825, representando um crescimento expressivo dentro de um período relativamente curto. Ao mesmo tempo, aumentou a participação desses estudantes nas classes comuns do ensino regular, enquanto diminuiu progressivamente a presença nas classes especiais. Tais mudanças chamam a atenção não somente pela quantidade de estudantes incorporados ao sistema, mas principalmente pelo que indicam sobre a forma pela qual a escola brasileira vem reorganizando a escolarização desse público ao longo dos últimos anos (INEP, 2025).

3

Todavia, se por um lado o crescimento das matrículas pode ser compreendido como um avanço importante no acesso à educação, por outro ele exige que a análise ultrapasse a simples constatação de que existem mais estudantes da Educação Especial frequentando as escolas comuns. A matrícula informa que esses estudantes estão presentes no sistema educacional, porém não permite concluir, isoladamente, que as condições necessárias à sua escolarização tenham se desenvolvido na mesma proporção. É justamente neste ponto que os dados do Censo passam a suscitar questões que não podem ser respondidas apenas pela contagem das matrículas.

Ao acompanharmos os percentuais referentes aos estudantes de 4 a 17 anos, percebemos que a presença nas classes comuns passou de 93,2% em 2020 para 95,7% em 2024, enquanto a participação dos estudantes que estavam simultaneamente em classes comuns e no Atendimento Educacional Especializado passou de 37,2% para 42,6% no mesmo período. Os dois indicadores apresentam crescimento, porém não avançam na mesma intensidade. Esta diferença merece atenção porque demonstra que a expansão da escolarização em espaços

comuns acontece de maneira mais ampla do que a expansão de determinadas condições destinadas a apoiar o processo educativo.

Neste sentido, Vizzotto (2020), Ribeiro e Nozu (2022), Rebelo e Pletsch (2023), Azevedo e Cabral (2025) e Lobato, Aguirre e Magalhães (2025), embora desenvolvam suas análises a partir de recortes distintos, contribuem para uma leitura que não se restringe ao crescimento das matrículas. Ao trabalharem com dados e microdados educacionais, esses estudos mostram que a expansão do acesso convive com diferenças relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado, à acessibilidade, às condições das escolas, às desigualdades territoriais e às formas pelas quais determinados estudantes são identificados e registrados no sistema de ensino.

Se considerarmos somente os percentuais nacionais de estudantes presentes nas classes comuns, poderíamos supor que a inclusão se encontra próxima de sua consolidação, uma vez que a grande maioria dos estudantes da Educação Especial já frequenta o ensino regular. Porém, ao aproximarmos esses números das condições encontradas nas diferentes realidades escolares, a interpretação se torna mais complexa. O crescimento das matrículas constitui uma mudança importante, mas coloca para as redes de ensino a responsabilidade de construir condições capazes de sustentar a permanência, a participação e a aprendizagem de uma população escolar cada vez mais diversa.

4

Ao buscarmos compreender esse movimento, não pretendemos reduzir a análise a uma comparação entre números maiores ou menores, mas acompanhar o percurso descrito pelos indicadores e aquilo que suas mudanças permitem compreender sobre a educação brasileira. Interessa-nos observar como o crescimento das matrículas se relaciona com a presença nas classes comuns, com o Atendimento Educacional Especializado e com as condições de acessibilidade discutidas nos estudos selecionados, procurando reconhecer aproximações e distâncias entre o avanço quantitativo e as condições que acompanham essa expansão.

Diante dessas considerações, formulamos como questão orientadora deste estudo a seguinte pergunta: o que as mudanças, ano a ano, do Censo Escolar dizem sobre a educação brasileira no que diz respeito à inclusão? A escolha por acompanhar os dados em sequência decorre do entendimento de que as alterações anuais permitem compreender um processo que não se apresenta de maneira pronta ou uniforme, mas que vem sendo construído progressivamente e assume características diferentes quando são considerados os diversos indicadores que compõem a realidade educacional.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar as mudanças registradas pelo Censo Escolar entre 2020 e 2024, buscando compreender o que a evolução dos indicadores relacionados à Educação Especial permite constatar acerca do processo de inclusão na educação brasileira. Para tal fim, tomamos os dados do Censo Escolar como fonte principal e os aproximamos das produções acadêmicas selecionadas, considerando o crescimento das matrículas, a inserção dos estudantes nas classes comuns, o Atendimento Educacional Especializado e as condições de acessibilidade discutidas pelos pesquisadores.

Partimos, portanto, do entendimento de que os números não devem ser tomados como respostas acabadas sobre a inclusão, mas como elementos que permitem acompanhar as mudanças ocorridas e formular questões sobre as condições em que esse processo vem sendo construído. Se a escola brasileira recebe hoje um número maior de estudantes da Educação Especial e os recebe majoritariamente nas classes comuns, torna-se necessário compreender não somente o quanto o acesso avançou, mas em que medida as condições destinadas a sustentar essa presença acompanham o mesmo movimento. É nessa relação entre aquilo que cresce nas estatísticas e aquilo que precisa se modificar no cotidiano educacional que se desenvolve a análise proposta neste estudo.

MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, de natureza bibliográfica e documental, assumindo caráter descritivo e analítico. Tal escolha decorre da própria natureza do objeto investigado, uma vez que buscamos compreender, a partir dos dados produzidos pelo Censo Escolar da Educação Básica e das discussões presentes na literatura acadêmica recente, alguns dos movimentos que vêm caracterizando a educação brasileira, particularmente aqueles relacionados ao acesso à escola e à inclusão dos estudantes público da educação especial.

Para tal fim, tomamos como fonte documental principal o Censo Escolar da Educação Básica 2024, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira em 2025. A escolha deste documento se justifica por constituir uma das principais fontes oficiais de informações sobre a educação básica brasileira, reunindo dados referentes às matrículas, estabelecimentos de ensino, etapas e modalidades educacionais, além de informações que permitem observar a presença dos estudantes da educação especial nas escolas brasileiras. Não pretendemos, entretanto, tomar os números apresentados pelo Censo como

explicações suficientes da realidade educacional. Ao contrário, partimos do entendimento de que os indicadores quantitativos possibilitam visualizar determinados movimentos do sistema de ensino, mas necessitam ser analisados em relação às condições em que os processos de escolarização vêm se constituindo.

Neste sentido, a pesquisa documental foi articulada a uma investigação bibliográfica, mediante a seleção de trabalhos acadêmicos publicados entre os anos de 2020 e 2025, período definido com a finalidade de aproximar a discussão das transformações mais recentes verificadas no cenário educacional brasileiro. Foram considerados, prioritariamente, estudos que utilizam dados do Censo Escolar ou seus microdados para analisar questões relacionadas à educação especial, às matrículas, à acessibilidade, ao Atendimento Educacional Especializado e às desigualdades existentes entre diferentes contextos educacionais. Compõem, assim, o conjunto principal da análise os trabalhos de Vizzotto (2020), Ribeiro e Nozu (2022), Rebelo e Pletsch (2023), Azevedo e Cabral (2025) e Lobato, Aguirre e Magalhães (2025), além dos dados apresentados pelo próprio Censo Escolar.

Ao procedermos à leitura dessas produções, procuramos não apenas identificar os números apresentados pelos pesquisadores, mas compreender aquilo que esses indicadores permitem revelar sobre os processos de inclusão. Para organizar esta análise, os dados e as discussões encontradas foram reunidos em alguns eixos: o panorama das matrículas na educação básica brasileira; a presença dos estudantes da educação especial nas classes comuns; o Atendimento Educacional Especializado; as condições de acessibilidade existentes nas instituições escolares; e as desigualdades educacionais que aparecem quando os dados são observados a partir de diferentes realidades e regiões do país. Estes eixos não foram estabelecidos de forma independente, mas construídos no decorrer da leitura das fontes, considerando as aproximações encontradas entre os estudos selecionados.

Por sua vez, os dados quantitativos foram utilizados de maneira descritiva, privilegiando números absolutos, percentuais, variações e tendências apresentadas no Censo Escolar e nos trabalhos analisados. Não se pretendeu realizar tratamento estatístico inferencial dos microdados do Inep, mas examinar os indicadores já disponibilizados pelas fontes selecionadas, procurando estabelecer relações entre o crescimento quantitativo observado nas matrículas e os desafios apontados pela literatura para a efetivação da inclusão. Assim, mais do que verificar se houve aumento ou diminuição de determinado indicador, interessou-nos observar o significado

que tais movimentos assumem quando relacionados às condições de escolarização oferecidas aos estudantes.

Todavia, há que se considerar que o crescimento das matrículas, isoladamente, não permite afirmar que a inclusão escolar esteja plenamente concretizada. Esta questão assume importância particular na presente investigação, pois um dos riscos da análise dos grandes levantamentos educacionais consiste em fazer coincidir a presença estatística do estudante com sua efetiva participação nos processos educacionais. Por esse motivo, os dados do Censo foram confrontados com as análises desenvolvidas pelos autores selecionados, buscando reconhecer tanto os avanços observados nos indicadores quanto os limites que permanecem presentes nas escolas brasileiras.

Ao buscarmos, portanto, aproximar a dimensão quantitativa fornecida pelo Censo Escolar das discussões desenvolvidas pela produção acadêmica, pretendemos construir uma leitura na qual os números não sejam apresentados apenas como resultados finais, mas como elementos capazes de suscitar questões sobre a realidade educacional. Desta forma, a análise se volta simultaneamente para aquilo que os dados evidenciam e para aquilo que, por sua própria natureza, não conseguem explicar inteiramente. É nessa relação entre os indicadores educacionais e as condições concretas de inclusão que se desenvolve a discussão proposta neste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao colocarmos lado a lado os dados produzidos pelo Censo Escolar nos últimos anos, um primeiro movimento se torna bastante evidente: a Educação Especial vem ocupando um espaço cada vez maior no conjunto da educação básica brasileira. Não se trata apenas de um crescimento do número absoluto de matrículas. Ao mesmo tempo em que mais estudantes passam a ser registrados como público da Educação Especial, aumenta também sua presença nas classes comuns do ensino regular. Todavia, se esses números permitem reconhecer uma mudança importante na configuração da escola brasileira, eles também colocam outras questões. Afinal, estar matriculado em uma classe comum é um dado fundamental para se pensar a inclusão, porém não esgota aquilo que entendemos como escolarização inclusiva.

Para procedermos à análise, tomamos como ponto de partida o período entre 2020 e 2024, por permitir observar, ano a ano, um movimento recente de expansão das matrículas e,

simultaneamente, as mudanças na forma pela qual esses estudantes estão inseridos na educação básica. Os dados podem ser visualizados na Tabela 1.

Ano	Matrículas na Educação Especial	Estudantes de 4 a 17 anos em classes comuns	Em classe comum com AEE	Em classe comum sem AEE	Classes especiais
2020	1.308.900	93,20%	37,20%	56,00%	6,80%
2021	1.350.921	93,50%	39,70%	53,80%	6,50%
2022	1.527.794	94,20%	39,30%	54,90%	5,80%
2023	1.771.430	95,00%	42,00%	53,00%	5,00%
2024	2.076.825	95,70%	42,60%	53,10%	4,30%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica. Os percentuais referentes às classes comuns, AEE e classes especiais consideram a população de 4 a 17 anos.

Em 2020, havia 1.308.900 matrículas na Educação Especial, correspondendo a aproximadamente 2,8% das matrículas da educação básica brasileira. Este número já dava continuidade a um processo identificado por Vizzotto (2020), que, analisando os microdados referentes a 2019, havia encontrado uma participação de aproximadamente 2,61% desse público na população escolar. Assim, entre aquilo que o autor observou nos dados de 2019 e o que aparece no Censo seguinte, percebe-se que a Educação Especial não apenas permanecia presente no ensino básico, mas passava gradativamente a representar uma parcela maior das matrículas.

Analisando o Censo de 2020, é possível perceber que, entre os estudantes de 4 a 17 anos pertencentes à Educação Especial, 93,2% frequentavam classes comuns. Apenas 6,8% permaneciam em classes especiais ou escolas exclusivas. Se olharmos exclusivamente para esse indicador, poderíamos considerar que a escola brasileira já se encontrava, naquele momento, bastante próxima de uma organização inclusiva no que diz respeito ao local de escolarização. Porém, quando introduzimos na análise o Atendimento Educacional Especializado, outro aspecto do mesmo cenário aparece: 37,2% estavam em classes comuns e tinham acesso ao AEE, enquanto 56% se encontravam em classes comuns sem esse atendimento.

Isto nos parece importante porque mostra, já no primeiro ano observado, duas dimensões que não caminham necessariamente na mesma velocidade. De um lado, encontra-se a ampliação da presença dos estudantes na escola regular; de outro, a estrutura de atendimento e suporte que acompanha essa presença. Não se pode afirmar, apenas a partir do Censo, que todos os estudantes matriculados em classes comuns necessitariam obrigatoriamente do mesmo tipo ou intensidade de atendimento especializado. Porém, os números permitem perceber que a

expansão da matrícula em espaços comuns é muito mais ampla do que a cobertura registrada do AEE. É nesta diferença que começa a aparecer um dos limites de se tomar a matrícula, isoladamente, como sinônimo de inclusão.

Em 2021, o número de matrículas da Educação Especial chegou a 1.350.921, representando um crescimento de aproximadamente 3,2% em relação ao ano anterior. O percentual dos estudantes de 4 a 17 anos em classes comuns passou de 93,2% para 93,5%. Não há, portanto, uma ruptura entre 2020 e 2021, mas uma continuidade do movimento já observado. A participação das classes especiais caiu de 6,8% para 6,5%, enquanto o percentual daqueles que estavam em classes comuns com AEE passou para 39,7%.

Há que se destacar que os anos de 2020 e 2021 foram atravessados pela pandemia de Covid-19. Os números, por si mesmos, não nos autorizam a estabelecer uma relação causal entre a pequena variação das matrículas e as condições impostas pela pandemia. O que eles mostram é que, mesmo durante um período de forte alteração do funcionamento das instituições escolares, não houve reversão do movimento de inserção desses estudantes nas classes comuns. A tendência permaneceu e, nos anos seguintes, passou a se acelerar.

É justamente em 2022 que essa mudança ganha maior intensidade. As matrículas da Educação Especial passam de 1.350.921 para 1.527.794, um crescimento de aproximadamente 13,1% em apenas um ano. Também aumenta o percentual de estudantes de 4 a 17 anos matriculados em classes comuns, chegando a 94,2%, ao mesmo tempo em que a presença em classes especiais recua para 5,8%. Entretanto, o percentual dos estudantes incluídos em classes comuns com AEE, que havia sido de 39,7% em 2021, passa para 39,3%. Já aqueles incluídos sem AEE representam 54,9%.

Este movimento merece atenção. O ano de 2022 registra uma forte ampliação do acesso à educação regular, porém o crescimento quantitativo das matrículas não é acompanhado, na mesma proporção, pela ampliação do atendimento especializado. Temos, então, uma situação em que mais estudantes entram na escola comum, mas os recursos necessários à construção de determinadas condições de escolarização não necessariamente aumentam no mesmo ritmo.

Os resultados encontrados por Ribeiro e Nozu (2022) ajudam a problematizar exatamente esse aspecto. Ao analisarem os microdados do Censo Escolar referentes à Educação Especial no campo, os autores identificaram aumento das matrículas, mas também observaram insuficiência das salas de recursos multifuncionais e do AEE, além do deslocamento de estudantes do campo para escolas localizadas em áreas urbanas. Portanto, um número nacional

crescente pode conviver com formas bastante distintas de inclusão quando se modifica o território observado.

Deste modo, o crescimento das matrículas ocorrido em 2022 não pode ser interpretado apenas como uma linha ascendente em uma série estatística. Ele também amplia a responsabilidade das redes de ensino. Cada nova matrícula representa a entrada ou a identificação de um estudante cuja escolarização passa a demandar condições concretas de participação, acessibilidade e aprendizagem. Quanto maior a expansão do acesso, maior se torna a necessidade de perguntar se a organização das escolas está sendo modificada na mesma proporção.

Em 2023, este processo se intensifica novamente. O número de matrículas alcança 1.771.430, crescimento de aproximadamente 15,9% em relação a 2022. Pela primeira vez no período aqui analisado, 95% dos estudantes de 4 a 17 anos da Educação Especial encontram-se matriculados em classes comuns. Ao mesmo tempo, o percentual de alunos em classes especiais diminui para 5%. Também há uma recuperação no acesso ao AEE: 42% dos estudantes estão em classes comuns com atendimento especializado, frente aos 39,3% registrados no ano anterior.

Se por um lado esses dados reforçam o deslocamento da Educação Especial em direção à escola comum, por outro introduzem um problema que diz respeito à própria leitura das estatísticas. Rebelo e Pletsch (2023), ao investigarem os indicadores relativos à escolarização de estudantes com deficiência múltipla, encontraram aumento das matrículas desse público nas escolas comuns, mas chamam a atenção para dificuldades existentes na própria definição e identificação desses estudantes nos registros oficiais. As autoras mostram que os indicadores tornam determinada população visível, porém essa visibilidade também depende dos critérios pelos quais os estudantes são reconhecidos e registrados no sistema educacional.

Assim, o crescimento de uma categoria no Censo não deve ser lido automaticamente como crescimento da ocorrência de determinada deficiência na população. O que cresce no banco de dados pode decorrer de diferentes movimentos: maior acesso à escola, ampliação dos processos de identificação, alterações nos registros escolares, mudanças nas categorias utilizadas ou uma combinação desses fatores. É justamente por isso que o Censo se mostra tão relevante e, ao mesmo tempo, exige cuidado em sua interpretação. Ele nos permite enxergar quem está sendo registrado pelo sistema de ensino, mas não explica, sozinho, todas as razões pelas quais esse registro se modificou.

Chegamos, então, a 2024 com 2.076.825 matrículas na Educação Especial. Em relação a 2020, o crescimento é de 58,7%. Em apenas quatro anos, portanto, foram acrescentadas mais de 760 mil matrículas a essa modalidade. Além disso, enquanto em 2020 a Educação Especial correspondia a aproximadamente 2,8% das matrículas da educação básica, em 2024 ela passa a representar cerca de 4,4% de um total de pouco mais de 47 milhões de matrículas.

O crescimento também se torna progressivamente mais acentuado dentro do período analisado. Entre 2020 e 2021, a variação foi de aproximadamente 3,2%; de 2021 para 2022, 13,1%; de 2022 para 2023, 15,9%; e de 2023 para 2024, cerca de 17,2%. Não estamos, portanto, diante de uma expansão uniforme. A presença estatística da Educação Especial cresce em ritmo cada vez mais intenso nos anos finais da série.

Ao focalizarmos, porém, o local em que esses estudantes estão matriculados, outra mudança aparece com igual clareza. Em 2024, 95,7% dos estudantes de 4 a 17 anos encontram-se nas classes comuns, enquanto apenas 4,3% permanecem em classes especiais. O movimento observado desde 2020 apresenta, nesse sentido, uma direção bastante definida: a escolarização nas classes comuns aumenta ano após ano, enquanto a participação das classes especiais diminui continuamente.

O processo também aparece quando observamos separadamente algumas etapas de ensino. Na Educação Infantil, o número de matrículas da Educação Especial em classes comuns passou de 102.996, em 2020, para 366.423, em 2024. No Ensino Fundamental, passou de 824.076 para 1.199.803; no Ensino Médio, de 147.545 para 260.840. O crescimento particularmente acentuado na Educação Infantil sugere que a presença desses estudantes deixa de ocorrer apenas nas etapas posteriores e passa a alcançar com maior força os primeiros anos do percurso escolar.

Essa mudança é relevante porque altera também aquilo que se espera da própria escola. Se anteriormente parte considerável da discussão sobre a Educação Especial poderia permanecer concentrada em instituições, profissionais ou espaços especializados, os dados mostram que o estudante público da Educação Especial está, cada vez mais, dentro da escola comum e desde etapas mais precoces da escolarização. A questão que se coloca, portanto, já não pode ser apenas se a escola regular receberá esses alunos. Os números indicam que ela já os recebe. A questão passa a ser em quais condições essa escolarização está acontecendo.

É neste ponto que a análise desenvolvida por Lobato, Aguirre e Magalhães (2025) contribui para compreender um aparente paradoxo encontrado nos dados nacionais. Analisando indicadores de acessibilidade das diferentes regiões brasileiras, os autores verificaram que Norte

e Nordeste apresentavam elevada presença de estudantes em escolas inclusivas, mas, ao mesmo tempo, possuíam menores coberturas de determinados recursos e serviços de acessibilidade. Centro-Oeste e Sul, por sua vez, apresentavam melhores indicadores em aspectos como banheiros adaptados, salas de AEE e conectividade.

Isto significa que duas escolas ou duas regiões podem apresentar elevados percentuais de estudantes matriculados em classes comuns e, ainda assim, oferecer condições bastante diferentes para sua escolarização. A matrícula nos mostra onde o estudante está; os indicadores de acessibilidade começam a mostrar como é o espaço no qual ele está. São informações relacionadas, porém não equivalentes.

Os próprios resultados de Lobato, Aguirre e Magalhães (2025) tornam essa diferença particularmente visível: as matrículas em escolas inclusivas aumentaram em todas as grandes regiões analisadas, enquanto permaneceram desigualdades expressivas na disponibilidade de recursos. Os autores encontraram, em 2022, apenas 33,6% das escolas da região Norte e 42,9% das escolas do Nordeste com banheiros adaptados, enquanto o Centro-Oeste alcançava 75,5%. Para outros recursos, como sinalizações tátil, sonora e visual, os percentuais permaneciam reduzidos em todo o país.

Se voltarmos aos dados nacionais de 2024 à luz desses resultados, torna-se difícil sustentar que o percentual de 95,7% em classes comuns, isoladamente, seja suficiente para afirmar que o problema da inclusão esteja próximo de ser resolvido. Trata-se de um indicador extremamente relevante de acesso e mudança do modelo de escolarização, mas não de uma medida completa da qualidade da inclusão.

Azevedo e Cabral (2025), analisando os microdados do Rio Grande do Norte, chegam a uma questão semelhante. Os autores encontraram crescimento expressivo tanto das matrículas do público da Educação Especial quanto das escolas que ofereciam AEE, porém observaram que a expansão do atendimento não ocorria na mesma proporção da demanda. Para eles, o crescimento numérico pode sugerir, inicialmente, uma política inclusiva bem-sucedida; quando as condições concretas são observadas, entretanto, aparecem limites de infraestrutura, atendimento e organização pedagógica.

Esta constatação ajuda a compreender um dos dados mais provocativos da série nacional. Em 2024, 42,6% dos estudantes de 4 a 17 anos estavam em classes comuns com AEE, enquanto outros 53,1% estavam em classes comuns sem registro desse atendimento. O primeiro percentual

é superior aos 37,2% observados em 2020, o que representa um avanço. Porém, durante todos os anos analisados, a maior parcela encontra-se na situação “classe comum sem AEE”.

Não estamos afirmando com isso que o AEE seja, sozinho, condição suficiente para a inclusão, ou que sua existência resolva as diferentes necessidades pedagógicas desses estudantes. O que os dados permitem afirmar é que a mudança no lugar da matrícula foi mais rápida e mais abrangente do que a ampliação de algumas das estruturas destinadas a apoiar a escolarização inclusiva. Essa diferença é central para responder à questão colocada neste trabalho.

Assim, se perguntarmos o que as mudanças, ano a ano, do Censo Escolar dizem sobre a educação brasileira no que diz respeito à inclusão, os dados parecem apontar para um movimento que possui, simultaneamente, avanço e tensão. Há um avanço inegável na ampliação do acesso. O estudante público da Educação Especial está progressivamente deixando de aparecer à margem da educação regular para tornar-se parte cotidiana das classes comuns. Entre 2020 e 2024, aumentaram as matrículas, cresceu o percentual de alunos incluídos e diminuiu continuamente a participação das classes especiais. A própria composição da escola brasileira está sendo modificada por esse movimento.

Porém, os mesmos dados, quando relacionados aos estudos analisados, mostram que a inclusão quantitativa avança mais rapidamente do que determinadas condições que lhe dão sustentação. O AEE não acompanha integralmente o ritmo das matrículas; os recursos de acessibilidade encontram-se distribuídos de maneira desigual; estudantes do campo enfrentam condições distintas daqueles que vivem em áreas urbanas; diferentes regiões apresentam possibilidades materiais muito diversas; e mesmo as categorias utilizadas para identificar determinados grupos precisam ser examinadas com cuidado. Ribeiro e Nozu (2022), Rebelo e Pletsch (2023), Azevedo e Cabral (2025) e Lobato, Aguirre e Magalhães (2025), partindo de objetos distintos, acabam encontrando um ponto de convergência: o crescimento das matrículas é necessário, mas ele não encerra a discussão sobre inclusão.

O Censo Escolar revela, portanto, uma transformação que não deve ser minimizada. A escola brasileira de 2024 é, do ponto de vista da composição de suas matrículas, mais inclusiva do que aquela observada no início do período analisado. Todavia, justamente porque mais estudantes chegaram às classes comuns, os problemas que antes poderiam permanecer escondidos tornam-se também mais visíveis. A ausência de acessibilidade, a insuficiência de atendimento especializado, as diferenças territoriais e as condições concretas de trabalho das

escolas deixam de ser questões periféricas e passam a interferir diretamente na escolarização de um contingente cada vez maior de estudantes.

O que os números parecem nos mostrar, finalmente, é uma mudança na própria pergunta que precisa ser dirigida à educação brasileira. Durante muito tempo, perguntar quantos estudantes da Educação Especial conseguem chegar à escola comum foi indispensável. Os resultados recentes indicam que esta pergunta continua importante, mas já não é suficiente. Diante de mais de dois milhões de matrículas e de 95,7% dos estudantes de 4 a 17 anos inseridos em classes comuns em 2024, torna-se necessário perguntar também o que acontece depois que esses estudantes entram na escola. É neste deslocamento, do acesso às condições de permanência, participação e aprendizagem, que os números do Censo Escolar deixam de constituir apenas estatísticas e passam a revelar um dos principais desafios atuais da inclusão na educação brasileira.

CONCLUSÃO

Ao retomarmos o percurso desenvolvido neste estudo e observarmos conjuntamente os dados do Censo Escolar referentes aos anos analisados, torna-se possível perceber que a inclusão vem produzindo mudanças expressivas na composição da educação básica brasileira, principalmente pelo crescimento das matrículas da Educação Especial e pela presença cada vez maior desses estudantes nas classes comuns do ensino regular. Não se trata, portanto, de uma alteração isolada em determinado ano, mas de um movimento que se mantém e se intensifica ao longo do período investigado.

Os números mostram que a expansão das matrículas ocorreu paralelamente à diminuição da participação dos estudantes em classes e escolas especiais, indicando uma mudança na forma pela qual a escolarização desse público vem sendo organizada no país. A escola comum passou a concentrar uma parcela progressivamente maior dos estudantes da Educação Especial, fazendo com que a inclusão deixe de ocupar uma posição periférica dentro do sistema educacional e passe a integrar de maneira cada vez mais evidente o cotidiano das instituições de ensino.

Todavia, quando ampliamos o olhar para além do crescimento das matrículas e relacionamos os diferentes indicadores encontrados, percebemos que a presença do estudante na classe comum não é suficiente para explicar, por si mesma, as condições em que sua escolarização ocorre. O Atendimento Educacional Especializado, os recursos de acessibilidade

e as estruturas disponíveis nas escolas não apresentam necessariamente o mesmo ritmo de expansão registrado nas matrículas, revelando uma distância entre o aumento do acesso e a consolidação das condições necessárias para sustentar esse processo.

Neste sentido, uma das principais constatações da análise está justamente na diferença entre a presença estatística do estudante e as condições concretas encontradas por ele depois de ingressar na escola regular. O Censo permite identificar quantos estudantes estão matriculados, onde se encontram e como determinadas formas de atendimento estão distribuídas, porém os próprios dados demonstram que a ampliação numérica não ocorre de maneira homogênea quando consideramos os recursos destinados à escolarização inclusiva.

Também se verificou que os resultados nacionais precisam ser observados com cautela, uma vez que os avanços registrados no conjunto do país convivem com diferenças regionais e territoriais importantes. O crescimento das matrículas em classes comuns não significa que todas as escolas disponham das mesmas condições de acessibilidade, atendimento e organização, razão pela qual percentuais semelhantes de inclusão podem corresponder a realidades educacionais bastante distintas.

Ao acompanharmos as mudanças ano a ano, percebemos ainda que o crescimento das matrículas se torna mais intenso nos anos finais do período analisado, indicando que a presença da Educação Especial nas escolas brasileiras tende a ganhar peso crescente dentro da própria organização da educação básica. Tal movimento amplia a responsabilidade das redes de ensino, pois receber um número maior de estudantes significa também responder a necessidades educacionais diversas e criar condições para que a matrícula não represente apenas entrada formal no sistema.

Há que se destacar, portanto, que os dados analisados não permitem compreender inclusão apenas como presença física na escola ou como participação numérica nas classes comuns. A ampliação do acesso constitui uma conquista importante, porém passa a exigir uma discussão cada vez mais voltada para aquilo que acontece depois da matrícula, isto é, para as possibilidades de permanência, participação e aprendizagem oferecidas aos estudantes durante sua trajetória escolar.

Podemos considerar que a educação brasileira avançou de maneira significativa no que diz respeito à inserção dos estudantes da Educação Especial no ensino regular, pois os números demonstram crescimento contínuo das matrículas e redução progressiva da participação em espaços segregados. Entretanto, esse avanço quantitativo torna mais visíveis os desafios que

permanecem, especialmente quando observamos que a expansão das estruturas de apoio e das condições de acessibilidade não acompanha integralmente a mesma trajetória.

Deste modo, a principal constatação deste trabalho é que o Censo Escolar revela uma educação brasileira que se torna progressivamente mais inclusiva em termos de acesso, mas que ainda precisa transformar esse crescimento numérico em condições igualmente consistentes de escolarização. Quanto maior a presença dos estudantes da Educação Especial nas classes comuns, maior se torna a necessidade de que as escolas estejam preparadas para acolher essa diversidade e garantir que a inclusão ultrapasse o registro da matrícula.

O movimento registrado pelos censos analisados indica, finalmente, que a pergunta dirigida à educação brasileira também precisa avançar, pois já não basta saber quantos estudantes da Educação Especial chegaram às classes comuns. Torna-se necessário compreender em quais condições permanecem, participam e aprendem, fazendo com que os números deixem de representar apenas a ampliação do acesso e passem a orientar a construção de uma escola capaz de garantir, de maneira efetiva, uma educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Paulo Dantas; CABRAL, Carla Giovana. Panorama sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva no Rio Grande do Norte: análise descritiva dos microdados do Censo Escolar da Educação Básica (2008-2023). *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 38, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X93030>. Acesso em: 11 set. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo Escolar da Educação Básica 2024: resumo técnico*. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf. Acesso em: 09 set. 2026.

LOBATO, Maria José Silva; AGUIRRE, Moisés Alberto Calle; MAGALHÃES, Ismenia Blavatsky de. Análise regional dos indicadores educacionais relativos aos serviços e recursos de acessibilidade para estudantes com deficiência no Brasil. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 38, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X91054>. Acesso em: 05 set. 2026.

REBELO, Andressa Santos; PLETSCHE, Márcia Denise. O que revelam as políticas e os indicadores sobre a escolarização de alunos com deficiência múltipla no Brasil (1974-2021)? *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 36, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X70980>. Acesso em: 14 set. 2026.

RIBEIRO, Eduardo Adão; NOZU, Washington Cesar Shoit. Educação Especial do/no Campo: ofensivas neoliberais e processos de in/exclusão escolar. *Revista Educação Especial*,

Santa Maria, v. 35, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X71386>. Acesso em: 13 set. 2026.

VIZZOTTO, Patrick Alves. Inclusão na educação básica brasileira: análise do Censo Escolar por meio dos microdados do INEP. *Ensaaios Pedagógicos*, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 102-112, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14244/enp.v4i1.209>. Acesso em: 14 set. 2026.